



Índice

- 01** Índios espancam vigilante e queimam casas no Rio Grande do Sul
- 02** UFOPA discute a situação atual das comunidades negras e quilombolas
- 03** XV Encontro da Cultura Negra 2013
- 04** Incra apresenta números da regularização quilombola em audiência
- 05** MPF tenta reverter situação de descaso na titulação de terras quilombolas
- 06** A vigília das comunidades quilombolas do Brasil
- 07** MPF quer a regularização de comunidades quilombolas no Pará
- 08** Nenhum território quilombola está regularizado em Mato Grosso
- 09** Em meio a debates sobre a consciência negra, quilombos de Porto Alegre buscam titulação das terras
- 10** Solução de conflitos em terras indígenas terá maior presença do governo, garante Ministro da Justiça
- 11** Proprietários retomam balneário em novo confronto com índios no RS
- 12** Ministro da Justiça participa de audiência sobre demarcação de terras indígenas
- 13** MEC lança programa de mobilidade internacional para negros e índios
- 14** Ana Amélia cobra ações imediatas para diminuir conflitos entre índios e produtores rurais



- 15** Evento abordou a etnografia visual de negros e índios no RS
- 16** Delcídio cobra no Planejamento recursos para resolver conflitos indígenas em MS
- 17** Deborah Duprat: Uma luta contra a lentidão
- 18** Polícia reforça segurança após confronto com índios no RS
- 19** MPF/MG dá prazo de 60 dias para Incra concluir estudos sobre comunidade quilombola
- 20** Carta Aberta à Presidenta Dilma Rousseff sobre as ameaças e ataques de ruralistas contra povos indígenas
- 21** Ministro da Justiça garante a demarcação da TI Passo Grande do Rio Forquilha; agricultores denunciam ações da elite ruralista
- 22** Governo promove cidadania a mulheres de comunidades quilombolas
- 23** Alunos apresentam I Exposição Quilombola no município
- 24** MPF pede regularização dos territórios quilombolas no Estado
- 25** Ibama instala brigada indígena em Reserva Pataxó na Bahia
- 26** Agricultores protestam contra ação de índios em Vicente Dutra
- 27** Ministro garante verba orçamentária para terra indígena
- 28** Programa do MEC estimula a formação de negros, indígenas e pessoas com deficiência
- 29** Produtores serão ressarcidos com recursos do orçamento, diz ministro
- 30** Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem



-
- 31** [Quilombolas temem que novas tecnologias compremeta as tradições](#)
 - 32** [Governo federal não titulou nenhuma Terra Quilombola em 2013](#)
 - 33** **NOTÍCIA 33**
 - 34** **NOTÍCIA 34**
 - 35** **NOTÍCIA 35**
 - 36** **NOTÍCIA 36**
 - 37** **NOTÍCIA 37**



Índios espancam vigilante e queimam casas no Rio Grande do Sul

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 21.11.2013

A confusão começou após uma briga entre o porteiro do balneário turístico Águas do Prado, que está localizado em uma área em disputa, e um grupo de índios. O homem tentou entrar em uma viatura da polícia que passava pelo local, mas foi acuado e espancado pelos indígenas. A viatura também foi depredada. O homem ficou ferido e os policiais o levaram para um hospital em Caiçara, mas, devido a gravidade das lesões, ele foi transferido para Frederico Westphalen.

Após a briga, os indígenas bloquearam a RS-150 e decidiram invadir o empreendimento. Eles destruíram a portaria e atearam fogo em uma das 174 cabanas do local, normalmente ocupadas durante o verão. Família hospedadas no local fugiram aterrorizadas com a ação dos índios.

Segundo informações do capitão Vicente Antonio Scartassini, subcomandante do 37º batalhão da Brigada Militar, como disputam as terras, os índios resolveram passar a noite na área. "Ambas as partes acham que tem razão e fica sem um consenso, cada um acha que a terra é sua e nós ficamos no meio do conflito", diz o capitão.

Foi solicitada a presença da Fundação Nacional do Índio (Funai) para mediar o conflito, o que deve ocorrer nesta quinta-feira pela manhã.



UFOPA discute a situação atual das comunidades negras e quilombolas

SÍTIO UFOPA, 21.11.2013

“Comunidades Negras e Quilombolas frente aos 25 Anos da Constituição Federal” é o nome do evento a ser realizado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nos dias 22 e 25 de novembro de 2013, no Miniauditório 1 do Campus Amazônia, situado na Av. Mendonça Furtado, 2946, bairro de Fátima, em Santarém (PA).

Aberto ao público e à comunidade acadêmica, o evento é promovido pela equipe do Programa Patrimônio Cultural na Amazônia, vinculado ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS). Gratuitas, as inscrições para certificados de participação serão realizadas no local de realização do evento.

A primeira parte do evento acontecerá nesta sexta-feira, dia 22 de novembro, a partir das 9 horas, com a palestra “Os espíritos na cidade”, a ser proferida pela Profa. Dra. Véronique Boyer (Centre National de la Recherche Scientifique/França).

Na segunda-feira, dia 25 de novembro, das 9 às 12 horas, acontecerá a segunda parte do evento, com a mesa-redonda “Territórios Quilombolas: desafios e perspectivas, avanços e retrocessos das políticas públicas”, que contará com os seguintes participantes: Judith Vieira (PCJ/UFOPA), Luciana Carvalho (PAA/UFOPA), Túlio Novaes (Ministério Público do Estado do Pará), Manoel Lucivaldo Siqueira (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná), Dileudo Guimarães dos Santos (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém), Raimundo Benedito da Silva Mota (MALUNGU), Erika Giuliane Andrade Souza (INCRA) e de representante da Coordenação de Educação e Diversidade Étnico-Racial da Semed de Santarém.

Mais informações pelo e-mail pcultural.amazonia@gmail.com.

Comunicação/UFOPA



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

XV Encontro da Cultura Negra 2013

SÍTIO PARATY.COM.BR, 21.11.2013

De 22 a 24 de novembro de 2013



Dia 20 de Novembro é comemorado o Dia da Consciência Negra no Brasil e em Paraty este dia conta com uma programação voltada à cultura negra com o Encontro de Cultura Negra de Paraty, criado em 1998. A realização do evento se deve graças ao título de terras aos quilombolas do Quilombo Campinho da Independência, local onde acontece o encontro, tendo como objetivo principal o resgate dos valores tradicionais da cultura negra e local, criando nos jovens o interesse por sua preservação. Em sua programação estão incluídas manifestações culturais, shows musicais, cirandas, oficinas, teatros, palestras, artesanato local e outras atividades.

O Quilombo do Campinho fica no km 584 da Rodovia BR 101 (Rio-Santos).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

PROGRAMAÇÃO

SEXTA- 22/11/2013

19h - Abertura do Encontro - Ladainha de São Benedito do Campinho

21h30 - Roda de Jongueiros - Jongos do Campinho, Bracuí, Angra dos Reis, Mambucaba e Fazenda.

00h00 - Show de Chama Maré - forró

SÁBADO - 23/11/2013

10h - Oficina de cestaria

13h - Feijoada com roda de samba "Samba que eu gosto"

15h30 - Peça de teatro "Eu Brasileiro" da Escola Municipal do Campinho

16h30 - Espaço da Agroecologia

. Oficina de uso de plantas medicinais: limpeza de pele, hidratação de cabelo e corpo

. Oficina de Abayomi (boneca sem costura para crianças)

. Oficina de Capoeira Angola com Mestre Angolinha

. Oficina / Palestra sobre Juçara: Agroecologia como forma de resistência nos territórios tradicionais, com Claudemar da Articulação Nacional, Fabio Reis da Rede Juçara e o agricultor Zé Ferreira

20h - Filme De Carvoeiros a Quilombolas - História do Quilombo Alto da Serra

21h - Desfile Beleza Negra

22h30 - Show Realidade Negra - Rap do Quilombo (Hip Hop)

00h00 - Show Zinho Trindade

DOMINGO - 24/11/2013

11h - Vadiagem com grupo de Capoeira Angola

14h - Feijoada com samba do Quilombo do Campinho

17h - Grupo de Ciranda Os Coroas Cirandeiros

18h - Vídeos sobre o Movimento Quilombola

20h30 - Show de Julio Vibes e Banda (Reggae)

FONTE: <http://quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br/>



Incrá apresenta números da regularização quilombola em audiência

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.11.2013

Orçamento da autarquia para 2013 dispõe de aproximadamente R\$ 30 milhões para a regularização de territórios quilombolas

O Incra participou, na quarta-feira (20), de audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (populações indígenas e comunidades tradicionais), coordenada pela subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, que discutiu a regularização dos territórios pertencentes às comunidades quilombolas. Na audiência, realizada na sede da Procuradoria Federal da República, em Brasília, o Incra foi representado pelo seu presidente, Carlos Guedes, que falou sobre as ações executadas pela autarquia e sobre a criação da mesa nacional e de mesas estaduais de acompanhamento da política de regularização quilombola.

Guedes destacou que foram emitidos 139 títulos que regularizaram 995.009,0875 hectares em benefício de 124 territórios, 207 comunidades e 12.906 famílias descendentes de quilombos. Mais 13 títulos parciais, que beneficiarão comunidades quilombolas em Sergipe, estão prontos para assinatura.

Segundo o presidente do Incra, o orçamento da autarquia para 2013 dispõe de aproximadamente R\$ 30 milhões para a regularização de territórios quilombolas. Cerca de 82,5% do orçamento já foi empenhado para a realização de ações relativas ao processo de reconhecimento das áreas e para a indenização de antigos proprietários privados e posseiros.

Processos em andamento

Em todo o Brasil, o Incra possui 1.281 processos de regularização de territórios quilombolas em andamento. Até o momento, foram publicados 160 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), totalizando 1.651.425,5375 hectares em benefício de 21.758 famílias. Quinze deles foram publicados em 2012 e 2013 e outros cinco devem ser publicados até o final do ano. Outros 215 RTIDs estão em elaboração no Incra. O RTID é um documento essencial para a regularização das terras e é composto por relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro das famílias, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território.

Foram publicadas 78 portarias de reconhecimento de áreas pertencentes a comunidades descendentes de quilombos, totalizando 308.053,7153 hectares reconhecidos em benefício de 6.863 famílias. Destas, 11 portarias foram publicadas em 2012 e 2013 e há previsão de publicação de mais quatro portarias até o final do ano.

53 decretos já foram assinados pela Presidência da República declarando de interesse social

CONT.



propriedades privadas que serão desapropriadas para a regularização de territórios quilombolas. Os imóveis somam 515.456,0822 hectares em benefício de 6.080 famílias. Dos 53 decretos, 11 foram publicados em 2012 e 2013. Outros dez decretos encontram-se na Casa Civil prontos para a assinatura da presidenta Dilma Rousseff.

Entraves jurídicos

O Incra já ajuizou ações envolvendo 192 imóveis localizados em áreas de comunidades quilombolas. Em 116 delas o Incra foi imitado na posse, mas em apenas 29 há sentença homologatória transitada em julgado. Portanto, dentre os 55.435,1101 hectares que o Incra tem imissão na posse, a maior parte, 53.455,8483 hectares – o equivalente a 96% – aguardam a sentença definitiva da Justiça.

Os 29 imóveis que têm sentença definitiva e totalizam 1.979,2618 hectares vêm sendo repassados às comunidades por meio da titulação parcial definitiva. Três títulos parciais já foram emitidos em Sergipe, 12 estão previstos para o mesmo estado e há previsão de outros 14 no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Além destas 29 áreas, uma outra deve ser titulada em Sergipe ainda este ano. Por se tratar de terra pública, não foi necessário decretação nem ajuizamento de ação.

Ação conjunta Incra/SPU

Uma ação conjunta do Incra e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para a regularização de territórios quilombolas em áreas públicas prevê, ainda este ano, a destinação, por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), de mais aproximadamente 24 mil hectares de terras para comunidades do Maranhão, da Bahia e do Pará – os estados brasileiros com maior demanda de regularização fundiária quilombola.

Mesas de acompanhamento

Como esforço do Incra para dar mais celeridade aos processos de regularização de territórios quilombolas, foi instalada, em 20 de agosto deste ano, a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, que reúne, todo dia 20 de cada mês, representantes do Incra nacional, de outros órgãos do governo e de movimentos sociais ligados à questão quilombola para o acompanhamento da política de regularização quilombola.

Também foram instaladas 12 mesas estaduais e outras quatro devem começar a se reunir ainda este ano.

O Incra também reforçou seu quadro de antropólogos, profissionais essenciais à elaboração dos RTIDs. O número mais do que triplicou desde 2011, quando o Incra contava com 20 servidores, e chegou, em 2013, a 66 antropólogos.

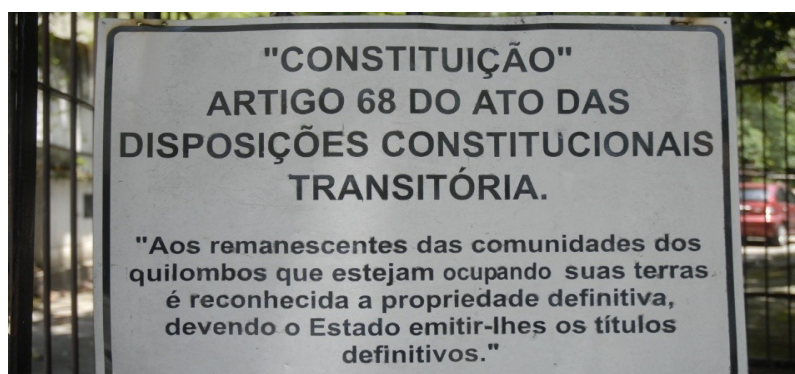
Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPF tenta reverter situação de descaso na titulação de terras quilombolas

SÍTIO RÁDIOAGÊNCIA NP, 18.11.2013

Órgão entrou com sete ações civis públicas visando agilizar o processos de regularização de comunidades remanescentes. Processos também denunciam grilagem de terra pública e doação ilegal à Aracruz Celulose.



Em defesa dos territórios quilombolas, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com sete ações civis públicas visando agilizar o processos de regularização de comunidades remanescentes. As ações foram apresentadas no Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, e abrangem seis estados: Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pará e São Paulo.

Entre as situações de demora na regularização da terra está a comunidade de São Domingos, no município de São Mateus, no Espírito Santo. De acordo com o MPF, uma série de medidas foram tomadas pelos órgãos competentes para praticamente paralisar a atuação. Em outra ação no estado, o órgão denuncia grilagem de terra pública atingindo territórios quilombolas.

O processo pede a declaração de nulidade dos títulos de domínio de terras públicas dados pelo Estado do Espírito Santo à Aracruz Celulose, atual Fibria S/A.

A titulação das terras quilombolas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Estima-se que em todo o Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas. Porém, até maio deste ano apenas 139 títulos de propriedade coletiva haviam sido emitidos.

Sem o reconhecimento dos territórios, essa parte da população enfrenta problemas como dificuldade de subsistência, falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica, violência e preconceito.

De São Paulo, da Radioagência NP, Daniele Silveira.



A vigília das comunidades quilombolas do Brasil

SÍTIO CARTA CAPITAL, 21.11.2013

Nas mãos da Justiça estão as aspirações sobre um país mais justo, sem preconceito e sem racismo

"Tristeza não tem fim, a felicidade sim", já cantava Tom Jobim. E tristeza, perseguição, violência, racismo e violação de direitos têm sido uma constante em todas as comunidades negras, mas, no caso das quilombolas, mais ainda. Em alguns casos, como Oriximiná e Kalunga, está-se a exigir imposto territorial rural sobre propriedades finalmente reconhecidas, de comunidades sem qualquer capacidade contributiva, em valores que a Fazenda, muitas vezes, sequer cobra de sonegadores fiscais. O mesmo vale para quilombos urbanos, com prefeituras a exigirem IPTU.

No Congresso, a denominada "bancada ruralista" não tem poupado esforços para combater demarcações de terras indígenas e reconhecimento de direitos de quilombolas: afinal, nos dois casos, as terras estão fora do mercado e não podem ser objeto de apropriação privada e especulação imobiliária. Some-se a isso o fato de, nessas terras, operar-se a "maldição da abundância": preservação ambiental, minérios no subsolo, cobiça de madeireiras, etc. Em outras situações, como Marambaia, Alcântara e Rio dos Macacos, é o próprio Poder Público, por meio das Forças Armadas, o maior antagonista de suas lutas. Outras comunidades, por sua vez, só vem sendo atendidas em função da atuação da Defensoria Pública, porque nem sempre o Ministério Público é o aliado desejável.

E como se não bastasse tudo isso, uma das poucas decisões favoráveis em todo o País, justamente a do Tribunal Regional da 4ª Região, envolvendo uma das comunidades mais atingidas pela violência estrutural, institucional e histórica (além de problemas em sua defesa por parte de advogados, não reconhecimento de seus documentos históricos, etc), está a ser questionada, por meio da arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, a ser apreciada pela Corte Especial daquele Tribunal no próximo dia 28.

Os argumentos, no geral, não diferem muito daqueles que constam já na ADI 3239, de relatoria do Min. Cezar Peluso e interrompida, até hoje, por um pedido de vista da ministra Rosa Weber e pela não inclusão em pauta do referido processo pelo presidente, Joaquim Barbosa. Importa salientar, contudo, alguns pontos a serem pensados.

Primeiro: desde o ajuizamento daquela ação de inconstitucionalidade, a jurisprudência do STF já foi se alterando em relação à questão da impossibilidade de decretos "autônomos", bem como em relação a estabelecimento de direitos por meio de regulamentos. A constitucionalização do direito administrativo, como salientado por Gustavo Binimbojm, implica o reconhecimento de alteração de paradigmas.

CONT.



Segundo: ainda que não haja consenso absoluto quanto ao caráter constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, à exceção da previsão do § 3º do art. 5º (e, mesmo assim, em patamar de equivalência de emenda constitucional), a doutrina de paridade com a legislação infraconstitucional cedeu passo, pelo menos, à tese da "supralegalidade" (majoritária, na composição anterior, por 6 a 5). Desde então, o Brasil já teve decisões do STF envolvendo direitos indígenas (Raposa Serra do Sol e Pataxó são alguns exemplos), foi condenado pela Corte Interamericana (julgamento da anistia em relação ao Caso Gomes Lund, por tribunal com jurisdição regional) e presenciou, no âmbito do TST, a realização, pela segunda vez, de uma sessão da mesma Corte. Há, portanto, necessidade de repensar mecanismos de fortalecimento de direitos humanos, comunicando-se os sistemas constitucional, infraconstitucional e supranacional. Algo que Peter Häberle já intuía com o conceito de "Estado constitucional cooperativo."

Terceiro: passados vinte e cinco anos da promulgação da Constituição brasileira e tendo em vista a imensa concentração de terras e a permanência de racismo no país, vai contra o estágio atual da discussão do Direito Constitucional nacional o não reconhecimento do autoaplicabilidade do art. 68 do ADCT e, pois, eventual inconstitucionalidade do referido Decreto. Afinal, não podem ficar confinadas nos livros didáticos as afirmações de "concretude constitucional", "concordância prática", "máxima efetividade" e "unidade da Constituição". Aliás, o próprio STF já reiterou que a regra constitucional não "pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental" (AgRg RE 393715/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, julg. 12/12/2006, DJ 02-02-2007, p. 140).

Quarto: E nem se alegue, nesse sentido, violação ao devido processo legal, porque a própria enumeração dos passos a serem seguidos para a titulação da comunidade (em torno de dezessete), com possibilidade de recursos e a necessidade de um minucioso estudo- muito mais amplo que antropológico- incluindo a análise da cadeia dominial poderia sugerir, ao contrário, proteção deficiente- para os quilombolas- de um direito constitucionalmente assegurado. Aliás, a realidade dos registros de imóveis- e a anulação de cinco mil títulos no Pará, em 2010, pelo CNJ é apenas um exemplo- joga em sentido contrário à pretensão daqueles que alegam títulos de domínio para situações como as de quilombolas em que "é reconhecida a propriedade definitiva" em virtude justamente da posse tradicional. Ou seja, uma realidade fática, tendo em vista a especificidade destas comunidades, a inexistência ou precária existência de prova documental e mesmo a dificuldade de o Judiciário lidar com relatos orais, "história oral" e laudos antropológicos. O artigo constitucional em momento algum exigiu, para tanto, o título registrado; justamente porque o objetivo era a regularização de tais terras, em decorrência do histórico posterior à Lei de Terras de 1850, as disputas fundiárias no início da República e à própria característica- distinta de outros países da América- da abolição da escravatura. Não é, pois, coincidência que a previsão venha juntamente com o centenário desta.

Quinto: desde que a ação direta de inconstitucionalidade deu entrada no STF, a jurisprudência da Corte Interamericana reforçou o entendimento de que o art. 21 da Convenção, ao referir-se

CONT.



a “propriedade”, abrangia não somente a “privada”, mas outras formas “comunitárias”, de que aquelas de indígenas e comunidades descendentes de escravos eram apenas alguns exemplos. Recorde-se, inclusive, que a Corte colombiana, cuja Constituição, datada de 1991, dá especial destaque para a diversidade cultural, em diversos precedentes reconheceu direitos territoriais, culturais, sociais e políticas específicas para indígenas, afrodescendentes, raízes e, neste ano de 2013, também para ciganos. No ínterim, vários países aderiram à Convenção 169-OIT (o instrumento internacional base para defesa de povos indígenas e “tribais”), reconhecendo comunidades descendentes de escravos como incluídas nas previsões desta (Nicarágua, para os creolles e garífunas, em 2010, é apenas um exemplo). Vale dizer: apesar da pressão continental tanto do neoextrativismo quanto das empresas mineradoras, os países vizinhos vêm reiterando tal entendimento. Não é demais lembrar que mesmo a previsão de ações afirmativas, que foram objeto especial de controvérsia, vieram a ser declaradas constitucionais.

Sexto: porque decorrido todo este tempo, não há como ignorar os estudos de antropólogos, sociólogos, historiadores em relação ao tema dos quilombolas, procedendo a verdadeira revisão dos conceitos, definições e parâmetros que até então estavam cristalizados. Desfez-se, desde então, a ideia corrente de isolamento territorial, de resíduos arqueológicos e de populações homogêneas, ou de manutenção do conceito colonial presente no Conselho Ultramarino de 1740, ou mesmo de uma “frigorificação” do conceito de comunidade e de etnias. Um processo que, nos países vizinhos, caminha no sentido da descolonização dos conceitos e saberes e que, no campo do direito internacional de direitos humanos, é evidente com a autodefinição ou auto identificação como “critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições” da referida Convenção. Não é demais lembrar- contra as alegações de inconstitucionalidade- de que este não é o único critério; tampouco o Decreto 4.887/2003 assim prevê, mas é evidente que se trata de um elemento altamente questionador tanto do etnocentrismo quanto do racismo da sociedade.

Recentemente, Boaventura de Sousa Santos, em sua manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público, quando da realização da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, no início de novembro deste ano, em Brasília, afirmou: “Se não for suficientemente ativo, o MP será responsável pelas frustrações de milhões e milhões de brasileiros. Se for ativo, será responsável pelas aspirações desses mesmos milhões e milhões de brasileiros. É uma instituição contraditória, como se sabe, que tem na mão uma parte importante por essas aspirações. Mas ninguém faz o papel dos movimentos, que são autônomos e lutam eles próprios por seus direitos”. O mesmo pode ser dito, neste momento, do Poder Judiciário. E a atenção das comunidades quilombolas da Região Sul- mas também de todo o país- se volta para o julgamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. De sua atuação depende, em parte, a confirmação de aspirações de um país mais justo, sem preconceito e sem racismo ou a manutenção das permanentes frustrações destas comunidades, junto pela (não) atuação dos Poderes Públicos.

César Augusto Baldi, mestre em Direito (ULBRA/RS), doutorando Universidad Pablo Olavide (Espanha), servidor do TRF-4ª Região desde 1989, é organizador do livro “Direitos humanos na sociedade cosmopolita” (Ed. Renovar, 2004).



MPF quer a regularização de comunidades quilombolas no Pará
SÍTIO G1-PA, 21.11.2013

*Áreas em questão ficam em municípios da ilha do Marajó.
Em uma fazenda da ilha, fazendeiro estaria expondo população a riscos.*

O Ministério Público Federal (MPF) do Pará deu entrada em ações e recomendações em defesa das famílias quilombolas no estado. Os documentos foram protocolados na Justiça na última quarta-feira (20), dia da Consciência Negra. Entre as principais reivindicações do MPF estão a regularização de terras e a garantia de proteção às famílias quilombolas na ilha do Marajó.

Em uma das ações, o MPF pede que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sejam obrigados a concluir a regularização das terras de 14 comunidades nos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho. O prazo máximo para a conclusão desta regularização é de dois anos. Além disso, o documento também quer a aplicação de uma multa, no valor de R\$ 1 milhão, contra a União e o Incra por danos morais coletivos.

Irregularidades

O MPF também entrou com uma ação contra irregularidades que estariam sendo praticadas contra quilombolas do Marajó por um fazendeiro da região. Segundo o MPF, os aviões que lançam agrotóxicos nas fazendas de arroz administradas pelo empresário estariam prejudicando comunidades vizinhas à área, inclusive quilombolas.

No documento, o Ministério Público pede à Justiça que o fazendeiro seja proibido de expor a população à riscos de contaminação, e impedido de utilizar um porto localizado em área quilombola, atualmente utilizado pelo empresário para fazer o escoamento da produção dos arrozais.

Além da proibição, a ação quer que o Estado exija do fazendeiro a realização do estudo de impactos ambientais e do relatório de impactos ambientais para a plantação de arroz na fazenda. Se os pedidos do MPF forem acatados pela Justiça, em caso de descumprimento das medidas a multa é de R\$ 10 mil por dia.



Nenhum território quilombola está regularizado em Mato Grosso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2013

Ação do Ministério Público Federal pede a conclusão dos processos de regularização do território de mais de 60 comunidades quilombolas que estão pendentes no Incra de MT

Ministério Público Federal no Mato Grosso

Passados 25 anos da promulgação da Constituição da República de 1988, que estabeleceu o direito dos remanescentes de quilombos à propriedade definitiva de suas terras, nenhuma comunidade quilombola de Mato Grosso teve as suas terras regularizadas.

Na terça-feira, 19 de novembro, o Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) propôs uma ação civil pública para que seja determinado prazo de 24 meses para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conclua os trabalhos necessários para a regularização desses territórios quilombolas em Mato Grosso.

Atualmente, 68 processos estão em trâmite na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso para a regularização do território de comunidades que já foram certificadas pela Fundação Palmares como remanescentes de escravos.

Dos 68 processos pendentes no Incra de Mato Grosso, 50 deles não têm nem previsão, de acordo com o próprio órgão, para o início dos trabalhos de identificação e delimitação do território. Em outros seis processos, o Incra informou a previsão do início dos trabalhos, mas ainda não comprovou. Para outras oito comunidades, estão sendo realizadas, a passos lentos, as fases de identificação e delimitação, iniciadas entre 2005 e 2007. Apenas três comunidades quilombolas já tiveram a etapa de identificação e delimitação concluídas.

Demora na regularização - Segundo o procurador da República Manoel Antônio Gonçalves da Silva, o levantamento feito pelo Ministério Público Federal mostra que, em 25 anos, apenas 139 títulos foram expedidos, dos quais somente 31 pelo Incra, enquanto existem 1.286 processos abertos. Ou seja, o Incra concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola a ser feita. "Em Mato Grosso, a realidade é preocupante: nenhuma comunidade quilombola tem o território regularizado", afirma o procurador da República.

Por conta da demora na regularização fundiária, o MPF pede na ação que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) sejam condenadas ao pagamento de danos morais coletivos, em valor não inferior a R\$ 1 milhão para cada uma das terras quilombolas de Mato Grosso pendente de regularização por mora injustificada. O montante da indenização será revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas às terras quilombolas.

Consequências da demora - O levantamento feito pelo Ministério Público Federal identificou,
CONT.



também, que não há previsão de recursos suficientes para a regularização quilombola no país. Ano a ano a previsão orçamentária vem diminuindo: os recursos previstos para serem gastos com o pagamento de indenização de benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas.

De acordo com os dados de 2012 e 2013, os recursos previstos de um ano para o outro foram 45,26% menores. O levantamento demonstra, também, que o recurso previsto não é completamente utilizado. Os dados são do programa federal de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que inclui ações de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas para as Comunidades Quilombolas e de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O entendimento do MPF é de que se não estão sendo gastos nem mesmo os recursos já previstos, há que se atribuir à omissão do Incra e União a causa para a paralisação da regularização quilombola.



Em meio a debates sobre a consciência negra, quilombos de Porto Alegre buscam titulação das terras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2013

Iuri Müller, Sul21

Quase que escondidos no cenário urbano de Porto Alegre, quatro quilombos se mantêm como focos de resistência da cultura negra e, todos os dias, celebram de alguma maneira o Dia da Consciência Negra, festejado no Brasil a cada 20 de novembro. Os quilombos Areal da Baronesa, situado entre o Menino Deus e a Cidade Baixa, da Família Fidelix, na Azenha, dos Alpes, localizado na Zona Sul, e da Família Silva, que fica no bairro Três Figueiras, mobilizam dezenas de famílias e lutam pela garantia dos seus territórios na Capital.

Das quatro áreas reconhecidas como quilombos em Porto Alegre, apenas o território da Família Silva já atravessou o processo de regularização das terras e, portanto, obteve a titulação, ainda em 2009. Com a titulação dos territórios, as casas de cada local não podem ser alugadas ou vendidas e, da mesma maneira, as decisões precisam passar por uma associação de moradores quilombolas. O próximo quilombo a conseguir a demarcação do território deve ser o do Areal da Baronesa, histórico reduto de Porto Alegre.

Situadas na Avenida Luiz Guaranha, as casas do Areal ficam na área onde, no século XIX, crescia a chácara da Baronesa do Gravataí e a senzala dos escravos da região. Décadas depois, ainda há famílias ali que descendem daqueles escravos, ao mesmo tempo em que outras pessoas – através de outras formas de vínculo – somaram-se à comunidade. Alexandre Ribeiro, presidente da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal, acredita que a titulação do quilombo possa sair ainda em 2013. No entanto, ainda faltam etapas dentro do processo de regularização.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Incra foi publicado em julho, mas o território espera pela publicação da portaria e pelo decreto que prevê a desapropriação da área pelo governo federal. Alexandre Ribeiro acredita que a titulação possa garantir a segurança das famílias na Avenida Luiz Guaranha, já que, no passado, a comunidade esteve ameaçada pela pressão imobiliária. “Esta é uma luta de dez anos que agora está próxima do resultado”, afirma o presidente da associação, que contabiliza 67 famílias morando no local.

A poucas quadras dali, no quilombo da Família Fidelix, a titulação deve demorar mais tempo para ser obtida. Segundo Janete Benck, vice-presidente da associação comunitária, o quilombo nasceu depois que, em 2006, moradores da região foram despejados numa ação de reintegração de posse. Após o episódio, moradores buscaram aumentar a organização interna para resistir no local – quase ao lado do Hospital Porto Alegre, na Azenha. “O quilombo sempre vai ser uma situação de cultura e de resistência”, afirma Janete.

A comunidade já existe, segundo conta Janete, há pelo menos trinta anos, e desde 2007 é

CONT.



classificada como quilombo. “Existe preconceito e penso que até hoje a Prefeitura quer a reintegração de posse. Mas já temos o mapa e estamos preparando as condições para conseguir a titulação”, afirma a vice-presidente da associação. Mais de trinta famílias habitariam as casas do quilombo da Família Fidelix, que teve início quando descendentes de escravos – com as antigas cartas de alforria nas mãos – deixaram Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, e viajaram para consolidar a vida em Porto Alegre.

A demarcação das terras quilombolas foi uma das principais reivindicações desta quarta-feira (20), quando militantes de movimentos sociais marcharam em todo o Brasil no Dia da Consciência Negra.



Solução de conflitos em terras indígenas terá maior presença do governo, garante Ministro da Justiça

SÍTIO CARTA CAMPINAS, 18.11.2013

Para tentar resolver os conflitos entre índios e produtores rurais envolvendo a demarcação de terras indígenas, o governo federal está disposto a direcionar recursos especificamente para este fim por meio de um fundo, além de aumentar a transparência nos processos e a capacidade de intermediação do Ministério da Justiça nas disputas.

Foi o que afirmou o ministro José Eduardo Cardozo, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nesta quinta-feira (21).

- Há uma decisão política de se fazer isso. Estamos em conjunto com o Planejamento, a Secretaria Geral da Presidência e AGU [Advocacia-Geral da União] discutindo a melhor maneira de fazer – disse.

Por meio de um novo fundo, a ser criado e ainda sem dotação de verba prevista, a União poderá destinar recursos aos estados para indenizar os produtores rurais que precisarem ser deslocados de suas propriedades – pela terra e pelas benfeitorias – ou para a aquisição de territórios estaduais a ser transformados em reservas indígenas, detalhou o ministro durante a reunião.

Isso se aplica à Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS), cuja solução é considerada prioridade pelo governo. O processo, neste caso, está sendo mais demorado que o previsto – o prazo pedido pelo Executivo desde o último conflito está próximo do fim – porque alguns proprietários da fazenda não permitiram nem mesmo a avaliação da terra.

- Agora temos que caminhar na linha de fazer um acordo parcial e deixar o resto em litígio – revelou o ministro.

Portaria suspensa

O anúncio da suspensão da entrada em vigor da Portaria 303 da AGU gerou um dos momentos de tensão da audiência. A decisão causou indignação na senadora Katia Abreu (PMDB-TO. Para ela, houve “um recuo do ministro da AGU, por pressão de outros integrantes do governo”.

- Vocês estão agindo com irresponsabilidade, vocês vão assumir a responsabilidade com as mortes no campo, principalmente o senhor, Eduardo Cardozo omissos – bradou.

Kátia Abreu disse que apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido que as normas de criação da Reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima, não valem automaticamente para a demarcação de outras terras indígenas, a portaria utilizou critérios do julgamento da demarcação de Raposa-Serra do Sol (RR), em 2009, como referência para orientar a ação de

CONT.



advogados públicos em questões de demarcação. Essa postura foi avaliada como correta pela parlamentar.

O advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, que também participou da audiência, declarou que o texto está suspenso até a análise aprofundada das consequências da aprovação dos embargos, pelo STF, da votação de Raposa-Serra do Sol, e que essa postura busca obter segurança jurídica para as decisões.

Decreto de demarcação

José Eduardo Cardozo informou que na próxima semana encaminhará aos líderes indígenas, aos líderes dos produtores rurais e aos parlamentares a minuta da portaria que regulamenta o Decreto de Demarcação de Terras, para poderem opinar e sugerir mudanças e aperfeiçoamentos. Por meio dela, o ministério poderá atuar como mediador e julgador do processo de demarcação, pois hoje não tem condições de se aprofundar na mediação do conflito. Isso permitirá um reexame técnico das impugnações e questionamentos, frisou.

- A portaria dá nova especificação, garantindo mais transparência, mais instrução processual na demarcação de terras indígenas, garantindo que o direito de defesa possa ser feito de maneira a não permitir futuramente discussões judiciais que fazem arrastar as demarcações – disse.

A ideia é dar uma nova situação procedimental para as demarcações de reservas indígenas que respeite o protagonismo da Fundação Nacional do Índio (Funai), que legalmente tem a missão de conduzir o processo de demarcação, mas que garanta o direito dos que estão querendo impugnar a demarcação, para que possam ter mais informações e apresentar sua defesa, explicou o ministro. Serão criadas instâncias de conciliação e de revisão, sempre com o intuito de evitar a litigiosidade hoje existente em larga escala no processo de demarcação.

Lacuna

O advogado-geral da União, Luis Inácio Adams apontou uma “ausência normativa” no que diz respeito à regulamentação das reservas indígenas. Ele cobrou do Legislativo a aprovação de lei complementar para normatizar o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição e assim determinar o que pode ser considerado “relevante interesse público da União”. Isso daria poder à União para atuar de forma diferente com Buritis, por exemplo, podendo reconhecer a validade dos títulos emitidos pelo ainda estado do Mato Grosso, o que facilitaria uma possível indenização.

- A partir da lei, teremos um marco normativo que dê ao Estado o poder de exercer a discricionariedade vinculada, ou preservar o título ou indenizar o título gerando a oportunidade de compensação adequada ao proprietário da área – afirmou.

Adams também disse não ver sentido na aprovação de propostas que transferem da União para o Congresso (PEC 215/2000, na Câmara) ou para o Senado (PEC 38/99) a competência para definir as reservas indígenas, pois o processo continuaria vinculado, dependendo de estudos

CONT.



antropológicos, sem mudar a realidade do modelo de demarcação atual.

Buritis

O conflito envolvendo a demarcação de território indígena na Fazenda Buritis tomou grande parte dos debates, inclusive com a presença do governador do estado, André Pucinelli. Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Delcídio Amaral (PT-MS) e Rubem Figueiró (PSDB-MS) salientaram a perspectiva iminente de um verdadeiro massacre ocorrer na região se não houver uma solução adequada e urgente.

Moka defendeu a indenização aos proprietários, pois as injustiças com as populações indígenas são de toda a sociedade brasileira e, para ele, não cabe aos produtores rurais, detentores de títulos legais emitidos pelo estado, arcarem sozinhos com a conta da reparação, perdendo o seu meio de sobrevivência.

- Há uma decisão política. O governo está disposto a passar recursos para Mato Grosso do Sul para viabilizar a solução das terras de Buritis, e também em outras terras, seja indenizando proprietários ou adquirindo terras para áreas indígenas – garantiu Cardozo mais uma vez.

Segundo o ministro, há uma mesa de diálogo instalada – para debater Buritis e outros territórios em disputa pelo Brasil – e a intenção é de, nos próximos dias, encontrar alternativa que permita a negociação para a aquisição e assim resolver a questão de Buritis. O governador Pucinelli, inclusive, foi chamado pelo ministro à Brasília para discutir o assunto, por isso estava presente à reunião. Para Cardozo, é preciso que a negociação sobre a fazenda dê certo, pois será uma vitrine da proposta de diálogo encampada pelo governo. Outras áreas de conflito existem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia, por exemplo.

Durante a reunião, Pucinelli chegou a apresentar um vídeo em que um policial de Mato Grosso do Sul foi morto por indígenas com golpes de facão e pancadas. O vídeo, segundo disse, teria sido feito pelos próprios índios, que tentaram negocia-lo posteriormente. Outros dois policiais morreram da mesma forma, revelou. Um indígena também chegou a ser morto durante ação de reintegração de posse na fazenda ocorrida há alguns meses.



Proprietários retomam balneário em novo confronto com índios no RS

SÍTIO G1/RS, 18.11.2013

Conflito ocorreu por volta das 19h em Vicente Dutra, diz a Brigada Militar. Na noite anterior, indígenas haviam agredido segurança e apedrejado carro.

Proprietários de um balneário em Vicente Dutra, no Norte do Rio Grande do Sul, retomaram a área após um novo confronto com indígenas que reivindicavam a demarcação de terras na área. O conflito ocorreu por volta das 19h desta quinta-feira (21), e a Brigada Militar não interveio, conforme informações da polícia de Frederico Westphalen, cidade próxima.

No mesmo local, um segurança foi agredido na noite desta quarta-feira (20) por ter chamado a Brigada Militar para evitar uma invasão indígena, como mostrou o RBS Notícias (veja o vídeo).

Os índios chegaram a atear fogo em parte da sede do balneário. Eles exigem a demarcação de 600 hectares para a criação de reservas. "Há muito tempo essa terra é demarcada. Aguardamos a homologação, o que falta é a indenização dos pequenos produtores", diz o cacique Luís Salvador.

O conflito na região na noite de quarta começou quando um carro dirigido por um índio colidiu em outro veículo. Segundo a polícia, o segurança do balneário chamou a Brigada Militar e acabou sendo agredido pelos indígenas com flechas e facas. Ele se refugiou em um carro da polícia, que foi apedrejado.

Do outro lado do conflito pela demarcação de terras, os agricultores reclamam da atitude dos índios. "Eles montaram esse esquema do acidente de carro no pátio para em cinco minutos estarem armados, fazendo vandalismo, colocando fogo. Acabaram com o turismo", afirma o gerente do balneário, Olinto da Silva.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

Ministro da Justiça participa de audiência sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 21.11.2013

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participa nesta manhã de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutirá a demarcação de terras indígenas. Os parlamentares buscam esclarecer dúvidas sobre conflitos por terras envolvendo índios e produtores rurais. Também presente o advogado geral da União, Luis Inácio Lucena Adams.

Antes da audiência, a comissão analisará o PLC 57/2013, que poderá desobrigar do registro e licenciamento anuais junto aos departamentos de trânsito estaduais as máquinas agrícolas

A reunião ocorre na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Mais informações a seguir
Da Redação



MEC lança programa de mobilidade internacional para negros e índios

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 21.11.2013

Diferente do Ciência sem Fronteiras, o programa, batizado de Abdias Nascimento, dará prioridade à área de Humanas e Sociais

SÃO LUÍS – O Ministério da Educação anunciou um programa que vai oferecer bolsas de mobilidade para estudantes negros e indígenas. Inspirado no Ciência sem Fronteiras (CsF), o programa foi batizado de Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que prevê, além da oferta de bolsas no exterior, fomentar a negros e indígenas, o ingresso em mestrado e doutorado no Brasil.

O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores. Tais experiências destinam-se a complementar a formação do estudante brasileiro, notadamente negros e indígenas. O público do programa é aquele compreendido em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O combate ao racismo e a promoção da igualdade também são alvos da cooperação internacional em debate.

O assessor de Relações Internacionais da UFMA, Aldir Carvalho Filho, enxerga essa iniciativa como uma possibilidade de integrar efetivamente os estudantes oriundos do sistema de cotas. "O benefício é garantir que essa população, que é cotista nas universidades federais, especialmente, possa ter acesso a essa mobilidade, de maneira mais garantida, mais efetiva. Porque é criada uma linha de trabalho específica para receber esses estudantes com um apoio diferenciado", afirmou.

Para Aldir Carvalho, a inclusão dos estudantes vai gerar um impacto positivo na formação, na autoestima e na qualificação profissional. "É um grande passo para a política pública afirmar e integrar efetivamente esses estudantes na sociedade brasileira com dignidade, respeito e seriedade. E que vai, em alguns anos, trazer o retorno dessa experiência internacional. É muito importante, para o resgate da cidadania do país, que você faça justiça a essa população negra", pontuou.

A UFMA já se prepara para outros programas de mobilidade internacional, com a criação de um regulamento geral de mobilidade. O regulamento vai viabilizar que o estudante só possa se ausentar, para fazer uma mobilidade, com um plano de trabalho bem feito e com um orientador acadêmico, como afirma Aldir Carvalho. "Ao mesmo tempo esse regulamento prevê a presença de um orientador acadêmico que possa dar suporte a esse aluno, para que ele faça um bom plano e concorra bem nesse processo de seleção. O tipo de preparação que a Universidade precisa dar é o atendimento acadêmico de suporte, na preparação desses processos de mobilidade, de concorrência para essa bolsa do CsF", certifica o assessor de internacionalização.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

O Programa Abdias Nascimento, diferente do Ciência sem Fronteiras, dará prioridade à área de Humanas e Sociais, e em temas com foco no combate ao racismo, igualdade racial, história afro-brasileira e indígena, acessibilidade, inclusão e ações afirmativas.

Saiba mais

Criador do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2006, em São Paulo, Abdias do Nascimento, falecido em 2011, foi um dos maiores defensores da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes. Deputado de 1983 a 1987 e senador de 1997 a 1999, Abdias do nascimento contribuiu fortemente para a criação do Movimento Negro Unificado.

Com informações do portal do MEC



Ana Amélia cobra ações imediatas para diminuir conflitos entre índios e produtores rurais

SÍTIO JORNAL BRASIL, 21.11.2013

Em pronunciamento no Plenário nesta quinta-feira (21), a senadora Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo federal ações imediatas para diminuir os conflitos entre índios e produtores rurais. Segundo ela, o Supremo Tribunal Federal não definiu critérios objetivos para a demarcação de terras indígenas, o que tem aumentado a insegurança jurídica dos agricultores.

A análise da senadora foi feita após a audiência pública realizada nesta quinta, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams.

Rio Grande do Sul

A parlamentar pediu uma postura equilibrada da Fundação Nacional do Índio (Funai), de modo a evitar a violência, e chamou a atenção para as disputas de terra no Rio Grande do Sul. De acordo com a senadora, pequenas propriedades em seu estado, com escrituras de mais de cem anos, estão sendo reivindicadas como territórios indígenas.

– É preciso bastante transparência, bastante imparcialidade e coerência em cada caso para que injustiças não sejam cometidas. Respeitar os marcos temporais é indispensável para que os direitos dos donos legítimos e originários das terras sejam respeitados – enfatizou Ana Amélia.

Ela observou que se não fosse a suspensão pela Funai, no início deste mês, da demarcação de 1,9 mil hectares como terra indígena, em Sananduva e Cacique Doble, municípios localizados no norte do estado, "o desfecho poderia, sem dúvida, ser trágico".

A Funai, contou Ana Amélia, solicitou oficialmente o adiamento do início da demarcação da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha, por meio de petição encaminhada à Justiça Federal de Erechim. No documento, acatado pela Justiça, o órgão alega que a "mesa de diálogo", mecanismo de mediação que tem sido usado pelo Ministério da Justiça, buscará uma solução pacífica para o conflito.

– É disso que nós precisamos e é isso que a sociedade espera das autoridades constituídas – concluiu.



Evento abordou a etnografia visual de negros e índios no RS

SÍTIO ULBRA, 21.11.2013

O Dia da Consciência Negra, celebrado neste 20.11, teve atividade alusiva na noite de quarta-feira, na ULBRA Canoas, com a temática Negrasgrafias: Olhar Negro em Tela. A iniciativa foi promovida pela Coordenação de Ensino das Licenciaturas e dos Bacharelados da Universidade e organizada pelos coordenadores dos cursos de História e Jornalismo da Instituição, Roberto dos Santos e Deivison Campos, respectivamente.

Para falar sobre etnografia visual de negros e índios do Rio Grande do Sul, foi convidado o fotógrafo do Programa Nacional de Documentação de Trabalhadores Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marcos Roberto Pereira. Tendo visitado 101 cidades no Estado, em sua atividade profissional, Marcos relatou suas experiências em comunidades de quilombos, índios e também de agricultura familiar. "Tenho conversado muito com as pessoas dessas comunidades, o que me possibilita saber como elas vivem, além de aprender sobre seus costumes e regras."

Os coordenadores Roberto e Deivison também contribuíram com a explanação do convidado. O encontro teve o objetivo de levar ao ambiente acadêmico como se dá o funcionamento das comunidades quilombolas, indígenas e de agricultura familiar. Deivison destacou a importância de se debater temáticas ligadas à população negra para que todos pensem a sociedade atual. "O mundo não é somente o lugar em que se vive e não é só aquilo que é mostrado", observou. Já seu colega Roberto salientou o significado da discussão em torno da questão negra no ambiente acadêmico. "Discutir a questão negra é qualificar a formação profissional de nossos alunos", afirmou o docente.



Delcídio cobra no Planejamento recursos para resolver conflitos indígenas em MS
SÍTIO FOLHA DO POVO, 21.11.2013

O senador Delcídio do Amaral (PT/MS) vai se reunir na manhã desta sexta-feira, 22 de novembro, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a quem vai cobrar o repasse de recursos ao governo de Mato Grosso do Sul, para aquisição de terras destinadas a ampliar as aldeias indígenas do estado. O encontro desta sexta-feira é resultado de um dia inteiro de debates e negociações que envolveram parlamentares, autoridades federais e estaduais em Brasília, na busca de soluções que permitam por fim aos conflitos que envolvem índios e produtores rurais.

“Tivemos nesta quinta-feira (21) uma reunião muito dura na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado geral da União, Luís Adams, onde eu e o governador André Puccinelli manifestamos a nossa preocupação com a demora do governo federal em solucionar os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul. Demonstramos a urgência em indenizar a terra nua nas áreas que forem destinadas às aldeias, uma vez que o nosso estado tem terras tituladas e não terras devolutas como ocorre em outras regiões do país”, relatou o senador.

Delcídio cobrou também o cumprimento do acordo que dava 45 dias para que o governo federal não só resolvesse a questão da Fazenda Buriti, em Sidrolândia – palco de um conflito que resultou na morte de um indígena no mês de maio deste ano – mas também montasse um cronograma de trabalho que permita solucionar como um todo a questão da demarcação de terras indígenas no estado.

“ Foi uma reunião tensa, difícil, mas que reflete a nossa ansiedade e as nossas preocupações com relação a vida em Mato Grosso do Sul. A tensão no campo aumenta a cada dia e ninguém quer que se repitam fatos lamentáveis como o que tivemos em maio, com a morte do índio Oziel Gabriel, em Sidrolândia. A prioridade é preservar a vida, tanto a dos indígenas quanto a dos produtores. E é preciso lembrar que essa situação compromete também o nosso potencial como um estado pujante, que tem tudo para prosperar, mas que, lamentavelmente, em função dessa letargia da União, está bastante prejudicado em suas atividades produtivas, com frustrações em vários investimentos, pela insegurança jurídica que vivemos e, acima de tudo, pela falta de financiamentos, em função desses conflitos”, disse o senador.

Justiça

Após a reunião no Senado, Delcídio e André, acompanhados de lideranças do setor rural, seguiram para o Ministério da Justiça, onde mantiveram um encontro fechado com o ministro José Eduardo Cardozo.

“Dessa reunião, temos como encaminhamento a questão do repasse de recursos já ajustados

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

com o Ministério do Planejamento para o governo do estado. A proposta é a utilização do fundo para aquisição de terras, criado através de projeto do deputado Laerte Tetila (PT), aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador André Puccinelli. Vamos discutir a questão dos repasses e das indenizações em uma reunião com a presença de representantes do Ministério da Reforma Agrária e do governo do estado, para que a gente acelere essas providências. Ao mesmo tempo, pedimos o cumprimento do acordo da não-invasão por parte dos índios, estabelecido em maio, em Campo Grande, quando estiveram presentes os ministros Gilberto Carvalho (Secretário-Geral da Presidência da República), José Eduardo Cardozo e o ministro Luís Adams. O objetivo é trazer tranquilidade ao campo, tanto para as etnias quanto para os produtores”, finalizou o senador.



Deborah Duprat: Uma luta contra a lentidão
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.11.2013

Folha de S.Paulo – Em 20 de novembro, comemorado como o Dia da Consciência Negra, costuma-se repetir um ritual: o governo federal anuncia medidas dirigidas à população negra voltadas à correção das desigualdades raciais e à promoção da equidade de oportunidades.

Espera-se que, neste 2013, algo ocorra em relação às comunidades de remanescentes de quilombos, apesar de o tema ainda estar cercado de um misto de preconceito, desconhecimento e resistência.

Não obstante haja um consenso relativamente tranquilo quanto ao caráter emancipatório e libertador da Constituição de 1988, e se avancem, ainda que com percalços, as lutas das mulheres, das pessoas com deficiência, da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), dos povos indígenas e mesmo da população negra, as comunidades quilombolas, aparentemente, são vistas fora desse contexto.

É bem verdade que o sistema hegemônico do período anterior foi bastante eficaz na invisibilidade dessas comunidades. A menção a quilombos fazia evocar Palmares e os remetia a um passado condenado aos livros de história.

Excluídas da sociedade de grande formato, ausentes dos mapas e dos censos, essas comunidades, que nada tinham a perder, transformaram sua tragédia em um capital formidavelmente poderoso no processo constituinte: foram reconhecidas como sujeitos de direito e proprietárias das terras que tradicionalmente ocupavam. Inseriam-se, assim como outros atores, no espaço agora plural da sociedade nacional.

Aparentemente, também se tornaram visíveis. Dados oficiais fornecidos pela Fundação Cultural Palmares e atualizados até 25 de outubro de 2013, dão conta da existência de 2.007 comunidades certificadas desde 2004 até o momento.

Volta e meia, no entanto, veem impugnadas essas certificações, o que revela resquício ainda presente de práticas hegemônicas, principalmente aquela das classificações/oposições binárias: nós/eles.

Convém lembrar que, nesses dualismos, um dos termos é sempre valorizado: um é a norma, o normal; o outro, o desviante, de fora. Por isso, é intuitivo que, numa sociedade plural, nenhum grupo tenha o poder das designações, das definições. Não há um centro determinado que produza identidades fixas, mas identidades afirmadas pelos próprios atores sociais, singular e/ou coletivamente, e mobilizadas politicamente.

Mas o quadro realmente desalentador é o da regularização fundiária. Passados 25 anos da atual Constituição e dez anos do decreto nº 4.887 –que regulamenta o processo de titulação

CONT.



das áreas quilombolas–, tem-se, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2004 a 2012, 92 áreas tituladas: 23 pelo governo federal; 69 pelo estadual.

Se persistir esse ritmo, as 2.007 comunidades certificadas pela Palmares terão que aguardar aproximadamente 175 anos para que todos os processos a elas pertinentes estejam concluídos.

Concede-se, como dito acima, que parte dos problemas, situados especialmente no início dessa política, é resultado de desconhecimento. Não se passa de uma sociedade hegemônica para uma sociedade plural sem perplexidades e dúvidas.

Mas não é mais possível se valer desse discurso. Há estruturas administrativas voltadas ao tema que se presumem capazes de realizar o direito previsto na Constituição.

Terry Eagleton lembra que “a morte nos mostra a natureza essencialmente indomável de nossas vidas e, conseqüentemente, algo de equívoco de tentar dominar a vida de outros”. Pierre Bourdieu, por sua vez, adverte que uma das formas mais eficazes de controle do outro é a do seu tempo.

Por isso, a luta que se faz necessária é por uma administração mais célere, curiosa e atenta à novidade do que nostálgica de suas certezas.

*Subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.



Polícia reforça segurança após confronto com índios no RS

SÍTIO INTERJORNAL, 21.11.2013

Segurança de propriedade foi agredido por índios nesta quarta-feira (20). Confusão aconteceu à noite, em frente a balneário de Vicente Dutra.

Do G1 RS

A polícia reforçou a segurança em uma propriedade rural de Vicente Dutra, no Norte do Rio Grande do Sul, para evitar novos confrontos entre índios e agricultores. Um segurança do Balneário Águas do Prado foi agredido na noite desta quarta-feira (20) por ter chamado a Brigada Militar para evitar uma invasão indígena no local, como mostrou o RBS Notícias (veja o vídeo).

Os índios permaneceram em frente à propriedade durante todo o dia nesta quinta-feira (21). O grupo chegou a atear fogo em parte da sede do balneário. Eles exigem a demarcação de 600 hectares para a criação de reservas. "Há muito tempo essa terra é demarcada. Aguardamos a homologação, o que falta é a indenização dos pequenos produtores", diz o cacique Luís Salvador.

O conflito na região começou quando um carro dirigido por um índio colidiu em outro veículo. Segundo a polícia, o segurança do balneário chamou a Brigada Militar e acabou sendo agredido pelos indígenas com flechas e facas. Ele se refugiou em uma viatura, que foi apedrejada. "Nós da BM fizemos contenção e uma viatura nossa foi apedrejada porque a vítima entrou no carro", explica o capitão Vicente Antonio Scartassini. O ferido foi encaminhado ao hospital em estado regular.

Do outro lado do conflito pela demarcação de terras, os agricultores reclamam da atitude dos índios. "Eles montaram esse esquema do acidente de carro no pórtico para em cinco minutos estarem armados, fazendo vandalismo, colocando fogo. Acabaram com o turismo", afirma o gerente do balneário, Olinto da Silva.



MPF/MG dá prazo de 60 dias para Incra concluir estudos sobre comunidade quilombola

SÍTIO CEDEFES, 22.11.2013

Trabalhos de identificação e titulação vêm se arrastando há mais de sete anos

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a imediata retomada dos estudos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade quilombola São Pedro de Cima, localizada no município de Divino (MG).

Os estudos deverão ser concluídos em até 60 dias, com a apresentação, ao MPF, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

A Comunidade São Pedro de Cima é formada por 50 famílias de afro-descendentes que habitam a área rural do município de Divino, na região da Zona da Mata Mineira. As características do local indicam a existência no passado de uma comunidade negra relativamente isolada, o que acabou garantindo, de certa forma, a preservação de suas características culturais e societárias.

Em 28 de julho de 2006, a comunidade de São Pedro de Cima foi reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo. No começo deste ano, porém, o MPF constatou que, quase sete anos após o reconhecimento, o Incra sequer havia iniciado os trabalhos de identificação da comunidade, para elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) das terras ocupadas pelos quilombolas.

O MPF então expediu uma primeira recomendação, alertando a autarquia para as consequências jurídicas de sua omissão.

Só então o Incra deu início à elaboração do RTID, interrompendo-a, porém, logo em seguida, quando alguns supostos integrantes da comunidade apresentaram declaração afirmando não terem "interesse" na regularização fundiária do território, o que foi recebido, pela autarquia, a título de "consulta prévia".

Após diligências no local, o Ministério Público Federal apurou que a declaração fora emitida por pessoas não-quilombolas que habitam a região e possuem interesses econômicos que tendem a ser afetados pela demarcação das terras.

Para o procurador da República Lucas de Moraes Gualtieri, a declaração aceita pelo Incra como motivo de interrupção dos trabalhos não atende aos pressupostos da Convenção 169 da OIT e não reflete a vontade livre e informada dos membros da comunidade.

CONT.



"Para que a consulta prévia seja efetiva e real, o Incra deve, primeiro, identificar os indivíduos que integram a Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, distinguindo-os dos demais indivíduos não-quilombolas que habitam a região, para só então realizar a consulta prevista no Decreto 5.051/2004".

Segundo esse decreto, os povos interessados devem ser consultados, mediante procedimentos apropriados e através de suas instituições representativas, cada vez que forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, o que até hoje não foi feito em relação aos quilombolas de São Pedro de Cima.

"No entanto, a falta de consulta não impede a elaboração do RTID, que deve inclusive, como dissemos, preceder à consulta prévia. O que é inaceitável é o fato de o único órgão autorizado a efetuar os estudos que visam garantir direitos fundamentais previstos na própria Constituição proceda de forma tão negligente, ofendendo a soberania física e cultural do povo atingido por sua omissão", afirma Lucas Gualtieri.

A justificativa do Incra, ao longo dos anos, tem sido sempre a de inexistência ou insuficiência de pessoal para realizar os estudos. Diante dessa situação, o MPF recomendou que o Incra celebre convênios ou contrate pessoal terceirizado para efetuar os trabalhos.

A recomendação foi encaminhada à autarquia na tarde desta quarta-feira, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Fonte: Ministério Público Federal em Minas Gerais



Carta Aberta à Presidenta Dilma Rousseff sobre as ameaças e ataques de ruralistas contra povos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 22.11.2013

À Presidenta Dilma Rousseff

Desde a morte de Oziel Terena, assassinado por forças policiais durante o cumprimento de uma reintegração de posse na terra indígena Buriti em maio deste ano, uma série de acontecimentos tem colocado em risco a segurança e a vida das comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul. Em suaguerra particular contra os povos indígenas, fazendeiros tem se manifestado de forma cada vez mais agressiva no discurso e na ação contra estes povos.

Estimulado por declarações violentas e preconceituosas de fazendeiros e seus representantes no Mato Grosso do Sul, o conflito chega a um estado de recrudescimento que exige de nós, organizações indígenas e indigenistas, vir a público mais uma vez denunciar a situação urgente e gravíssima dos povos originários do estado, e exigir uma intervenção federal imediata no Mato Grosso do Sul, de modo a evitar mais uma tragédia anunciada no Brasil.

Em Campo Grande, durante a invasão da sede da Fundação Nacional do Índio por 150 produtores rurais, no dia 19 de novembro, uma fazendeira gritou, dirigindo-se a indígenas que estavam no local: "o dia 30 está chegando (...), e rogo uma praga a vocês: morram. Morram todos!". Foi aplaudida pelos manifestantes.

Dia 30 de novembro foi o prazo final estabelecido pelos produtores rurais do Mato Grosso do Sul para que o governo solucione os conflitos fundiários no estado. No entanto, prevendo que o Estado não consiga apresentar uma proposta que efetivamente dê cabo do problema – e que favoreça o segmento do agronegócio – os fazendeiros, através de suas associações, tem pública e repetidamente dado declarações como esta.

"O prazo para uma solução final é 30 de novembro. Depois disso, como já é tragédia anunciada, os fazendeiros irão partir para o confronto legítimo para defender seu direito de propriedade. E vai haver derramamento de sangue, infelizmente", declarou o vice-presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Jonatan Pereira Barbosa, na tribuna da Comissão de Reforma Agrária do Senado Federal, no dia primeiro de novembro, conforme publicado no sítio eletrônico da entidade.

O presidente da Acrissul, Francisco Maia, no último dia 8, em reunião com 50 produtores rurais do estado, disse: "A Constituição garante que é direito do cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização".

Em nova reunião, no dia 12 de novembro, o vice-presidente da Federação da Agricultura e

CONT.



Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Nilton Pickler, também veio à público corroborar a posição da Acrissul: "Estamos em uma terra sem lei, onde invadir propriedade não é mais crime, alguma reação precisa ser feita", afirmou.

As entidades representativas dos produtores rurais do estado estão organizando, para o dia 7 de dezembro, em Campo Grande, um leilão de animais, commodities, máquinas e produtos doados pelos próprios pecuaristas do estado, para arrecadar recursos para ações contra os indígenas. Deram ao evento o nome de "Leilão da Resistência". Declararam, no último dia 19, que já receberam 500 cabeças de gado como doação, equivalentes a, no mínimo, 500 mil reais.

O documento final da Quarta Assembleia do Povo Terena, que contou com a participação de mais de 300 lideranças Indígenas de todo o estado, representando os mais de 70 mil indígenas que lá vivem, declarava: "a tragédia está anunciada em Mato Grosso do Sul (...). É pública e notória a ameaça concreta intentada contra os povos indígenas pelos ruralistas deste estado". Para os indígenas, está claro: os "leilões da resistência" anunciados pelos produtores rurais "tem por objetivo financiar milícias armadas".

Em carta, os indígenas criticaram o Estado pelo abandono das negociações, no sentido de encontrar saídas para a questão indígena. "O governo federal instalou (...) uma mesa de diálogo na tentativa de resolver a demarcação de nossos territórios. No entanto, após vários prazos estipulados pelo próprio ministro [da Justiça], não há nada de concreto a ser apresentado aos povos indígenas".

As comunidades Terena, Guarani-Kaiowá, Guarani Nandeva, Kinikinau e Kadiwéu em luta pela garantia de seus territórios tradicionais, tem relatado e denunciado à Polícia Federal, à Funai e ao MPF um sem número de casos de ataques a tiros, invasões, intimidações e ameaças de morte que os indígenas vem sofrendo no último período. Apesar disso, até o momento, nenhuma segurança permanente está sendo oferecida a estes povos.

Os indígenas conhecem bem o trabalho da segurança privada que os fazendeiros pretendem ampliar na região. Em contexto do conflito envolvendo indígenas e fazendeiros, em novembro de 2011, a empresa de segurança privada Gaspem, que prestava – e ainda presta – serviços a proprietários de terras que incidem sobre território tradicional indígena, foi acusada de envolvimento na morte do rezador Guarani-Kaiowá Nízio Gomes, no tekoha Guaiviry, em Aral Moreira. Na denúncia, o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul (MPF-MS) classificou as atividades da empresa como de uma "milícia privada", exigindo a suspensão das atividades da companhia. Em função do caso, sete pessoas estão presas, conforme relatou o MPF.

Jornais e televisões locais também têm associado o termo "milícias armadas" ao discurso dos ruralistas sobre o leilão e sobre as ameaças do dia 30 de novembro. Agências de notícias internacionais categorizaram o caso como "conflito sangrento (...) com características de guerra territorial".

É público e notória que, no Mato Grosso do Sul, os fazendeiros estão organizando força paramilitar para atentar contra a vida de coletividades e contra o Estado de direito no Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

A "resistência" dos latifundiários é contra a demarcação das terras indígenas. É contra a realização de laudos e perícias pela Funai. É contra a organização política dos indígenas, que avançam na retomada de seus territórios tradicionais, frente à morosidade do Estado e da Justiça, de toda a violência que vem sofrendo, das mãos das forças policiais estaduais e federais, e das seguranças privadas "legais" ou ilegais que atuam na região. A dita "resistência" é, a rigor, contra a vida destas pessoas.

Em função desta conjuntura, extensão de um violento processo histórico de espoliação, confinamento e extermínio dos povos indígenas desta região, as organizações signatárias vêm a público exigir da presidente Dilma uma intervenção federal imediata no Estado do Mato Grosso do Sul. O poder público pode e deve evitar esta "tragédia anunciada", repetição sistemática do genocídio contra os povos indígenas. E isto precisa ser feito agora. O reconhecimento e a demarcação das terras indígenas é a verdadeira solução para a situação que está posta no Mato Grosso do Sul.

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ArpinSul
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
– Apoinme
Aty – Guassu Guarani Kaiowá
Conselho de Caciques Terena
Conselho Indígena de Roraima – CIR
Instituto Kabu – Nejamrô Kayapó
Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro – AITSP
CCPIO AP. Galibi Marworno – Paulo R. Silva
Vídeo nas Aldeias – Vicent Carelli
Operação Amazônia Nativa – Opan
Instituto de Pesquisas e Formação Indígena – Iepé
Instituto Sócio Ambiental – ISA
Associação Terra Indígena Xingu – ATIX
Instituto Indígena para Propriedade Intelectual – Inbrapi
HAY – Dário Vitória Kopenawa Yanomami
HAY – Davi Kopenawa Yanomami

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Ministro da Justiça garante a demarcação da TI Passo Grande do Rio Forquilha; agricultores denunciam ações da elite ruralista
SÍTIO CEDEFES, 22.11.2013

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seguido de comissão formada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, pela presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, entre outros assessores dos governos federal e estadual, esteve na manhã do dia 18 de novembro na cidade de Passo Fundo (RS), onde se reuniu com lideranças Kaingang da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha (na foto ao lado pode-se ver o acampamento onde os indígenas viviam antes de iniciarem o processo de auto demarcação) para tratar da continuidade do processo de demarcação da área em questão.

A reunião foi marcada após a ida de Leonir Franco, Cacique da área indígena, até Brasília para contrapor os argumentos utilizados pelo ministro ao decretar de maneira arbitrária a suspensão da demarcação da TI Passo Grande do Rio Forquilha. Na ocasião, José Cardozo prometeu que viria até a área em conflito para averiguar as informações relatadas pelo Cacique. No entanto, às vésperas do encontro, alegando preocupações com segurança pessoal e da comunidade indígena, transferiu a reunião para a cidade de Passo Fundo.

Já no início da reunião foi anunciado pela mesa de diálogo, composta pelas autoridades federais presentes e pelo secretário estadual Ivar Pavan, que a suspensão da Portaria Declaratória da área nunca esteve em questão e que, em decorrência dos conflitos entre indígenas e agricultores, a Presidência da República estaria criando um programa com fundo específico para providenciar indenizações necessárias aos agricultores que ocupam terras declaradas como indígenas.

Em caráter de conselho, mas em tom de ameaça, o ministro enfatizou várias vezes que a continuidade do processo de demarcação dependeria da paz entre os lados, ou seja, que cessassem imediatamente as campanhas de auto demarcação. Imediatamente os Kaingang rebateram o argumento demonstrando ao ministro que não existe nenhum conflito entre a comunidade indígena e os pequenos agricultores. Exemplificaram que o que existe na verdade é uma série de disputas encomendadas por ruralistas e políticos que possuem base eleitoral e interesses diretos na região. Denunciaram publicamente o secretário de Desenvolvimento Rural do Estado, Ivar Pavan, e o assessor do governador do RS, Milton Viário, que se faziam presentes na reunião, por práticas coercitivas e de má fé contra os indígenas e apontaram com clareza a demora no processo de demarcação como causador direto dos conflitos insinuados pelo ministro.

Ao tentar se defender das acusações, o secretário Pavan acabou ressaltando outro ponto levantado pelos indígenas que se refere às diferentes formas de ocupação da área pelos supostos agricultores. Segundo os indígenas, e reforçado por Pavan, enquanto alguns agricultores ocupam a terra indígena por terem sido assentados injustamente pelo Estado, através de títulos ilegalmente concedidos pelo governo do estado, existem mais de 200 hectares de terra que foram colonizadas ilegalmente por outros proprietários. Esses 200

CONT.



hectares já haviam sido oferecidos aos indígenas, sob ordem do próprio governador Tarso Genro, por Milton Viário, Ivar Pavan e Fabiano Pereira em reunião fechada, onde adicionados a uma série de direitos básicos referentes à educação, moradia e saúde, foram usados como tentativa de moeda de troca para que os indígenas abdicassem do tamanho total do território a ser demarcado.

As lideranças Kaingang presentes, entregaram ao ministro um mapeamento das propriedades que se encontram em área indígena e deverão ser indenizadas e garantiram que os pequenos agricultores diretamente afetados pela demarcação querem a indenização e não identificam os indígenas como inimigos. O que ocorre é que a partir de tanta indefinição e demora é impossível que os agricultores tenham certeza de que serão realmente indenizados pelos órgãos responsáveis.

Depois de apontadas uma série de possibilidades concretas de resolução do problema por parte da comunidade, a reunião teve um encaminhamento dúbio. Os representantes governamentais deixaram aberta a possibilidade de reuniões entre Incra, Funai e os pequenos proprietários para que, caso a caso, sejam encontradas soluções para a retirada dos colonos. Enquanto isso, os indígenas cobraram do ministro a continuidade do processo demarcatório porque, como alegaram, na sequência dos estudos, mais precisamente na etapa denominada levantamento fundiário, esse levantamento dos casos será feito e é necessário para garantir de fato a demarcação.

Por parte da Funai, o órgão afirmou na figura de seu coordenador regional, Roberto Perin, a presença histórica dos indígenas sobre esta área e a seriedade dos laudos e estudos realizados. O próprio ministro, mais uma vez garantindo que não existem possibilidades de revogação da Portaria Declaratória disse ter ciência e certeza de que os estudos realizados pela Funai na área de Passo Grande do Rio forquilha não contém erros e são indubitavelmente verossímeis.

Após o término da reunião, enquanto José Eduardo Cardozo e Pepe Vargas partiram para Porto Alegre para encontrar-se com o conjunto de supostos agricultores, articulados pela Farsul e Fetra-Sul, denunciados pelos indígenas como causadores de confusão e conflitos, os assessores do ministro da Justiça e do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, junto a Carlos Guedes, presidente do Incra e a Coordenação da Funai de Passo Fundo, se dirigiram à Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha para ouvir a comunidade e os pequenos agricultores.

Devido ao atraso do ministro na sua chegada em Passo Fundo, muitos dos agricultores que esperavam ansiosos já haviam partido para seus trabalhos cotidianos, porém um grupo de pequenos agricultores permaneceu e garantiu a representatividade destes em meio aos indígenas. Os agricultores falaram abertamente à comitiva governamental. Garantiram que o problema nunca foi deixar a terra, mas sim que desejavam partir com a certeza de que os direitos às indenizações e políticas de compensação fossem cumpridos, para que não perdessem o que acumularam durante suas vidas.

Os pequenos agricultores reclamaram da demora no processo, elencando esta demora como causadora da incerteza de muitos outros agricultores que não estavam presentes no momento.

CONT.



Semelhante ao declarado pelos Kaingang, os pequenos agricultores se declararam amigos dos indígenas e ressaltaram que os conflitos não foram ocasionados pelos ocupantes que se encontram nas áreas a serem demarcadas, mas sim, por elites ruralistas locais que não os deixam participar das reuniões e não os informa sobre o que está realmente acontecendo.

Por fim, houve uma demorada e esclarecedora explicação dos processos indenizatórios por parte da comitiva governamental e os agricultores reafirmaram que estariam satisfeitos com a indenização. Tanto agricultores quanto os Kaingang pediram a continuidade dos estudos e principalmente que se realizasse o levantamento fundiário, a fim de dar maior rapidez à resolução da situação e, por fim, ao clima de incertezas causado pela inércia do ministro da Justiça. A preocupação de ambos os lados é a de que sejam feitas análises de cada caso para estudos de políticas compensatórias e depois de todo este processo ainda tenham de esperar procedimentos oficiais para que a demarcação e os reassentamentos e indenizações possam ser de fato efetuadas.

Quanto à questão da garantia de paz na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, os Kaingang deixaram claro seu posicionamento expresso em documento entregue pelos indígenas ao representante do Ministério da Justiça: não se pode culpabilizar as vítimas por falta de ações efetivas dos próprios órgãos responsáveis. A demora no procedimento demarcatório é o principal gerador de dúvidas e tensões por todos os lados. Ressaltaram ainda que o conflito não se dá entre os pequenos, mas sim por conta de interesses de latifundiários e políticos.

O que a comunidade Kaingang vinha cobrando há muito tempo aconteceu: foram ouvidas as partes diretamente afetadas no processo e as possibilidades de soluções se apresentaram claras e concretas. Os agentes do governo não podem alegar que não sabem o que fazer, nem que providências e que caminho precisam tomar. Está nas mãos do ministro e do governo garantir a aplicação da Constituição Federal e o direito de todos. Só assim haverá a paz que eles cobram de indígenas e de agricultores.

Rio Grande do Sul, 22 de novembro de 2013

Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin)

Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Sul-Equipe Iraí

Governo promove cidadania a mulheres de comunidades quilombolas

SÍTIO ALAGOAS EM TEMPO REAL, 22.11.2013



A importância da Lei Maria da Penha no combate à violência contra mulher, a necessidade de capacitação profissional e a utilização da unidade móvel do programa Mulher, Viver sem Violência para prestar atendimento psicossocial e jurídico. Estes foram alguns dos assuntos que permearam a conversa informal que a secretária de Estado da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos, Katia Born, teve nesta quinta-feira (21) com as mulheres que vivem nas comunidades quilombolas de Gurgumba e Sabalangá, em Viçosa.

Acompanhada da Superintendente de Promoção de Direitos e Políticas para as Mulheres, as equipes das Superintendências de Promoção de Políticas para as Mulheres, e de Direitos Humanos, Katia Born, disse que a Lei Maria da Penha é uma das maiores conquistas das mulheres e foi criada para protegê-las contra violência doméstica e familiar. Ela destacou ainda a importância de as mulheres participarem de cursos de capacitação profissional.

Em relação à unidade móvel, a secretária afirmou que era uma conquista para as mulheres que contam agora com um instrumento para atendimento a vítimas de violência. "Isso é um trabalho de consciência da cidadania. E o ônibus vai nos ajudar a fazer isso em todas as comunidades rurais do Estado", assinalou.

Durante a conversa, a secretária Katia Born articulou junto à secretária municipal de Assistência Social, Maria Lúcia Carvalho, e à secretária municipal de Educação, Ana Paula Calazans (as quais participaram do encontro) a realização de levantamento sobre a necessidade de capacitação profissional das mulheres quilombolas de Sabalangá e Gurgumba.

CONT.



Segundo a Superintendente de Políticas para as Mulheres, Solange Viégas, que participou do encontro, vai se fazer busca ativa por idade e por necessidade de capacitação, seja a educação formal seja a profissional. Isso foi um compromisso aqui estabelecido, visando a cidadania das mulheres destas duas comunidades quilombolas.

“Em um outro momento, nós estaremos nas comunidades para realizar atendimento individual de mulher vítima de violência já com juiz, promotor, defensor público e equipe multidisciplinar. Além de a gente ter feito essa primeira viagem, destacar o trabalho de parceria entre a Superintendência de Promoção dos Direitos e de Políticas para as Mulheres e a Superintendência de Direitos Humanos, através da diretora de Direitos Humanos, Conceição Carvalho, e da Gerência das Comunidades Quilombolas, Berenita Melo”, expôs Solange.

A secretária Katia Born viajou de Maceió a Viçosa dentro do ônibus com as equipes técnicas das superintendências de Promoção dos Direitos e de Políticas para a Mulher e de Direitos Humanos e convidados. Ela explicou que a escolha das comunidades de remanescentes dos quilombos foi uma homenagem à Semana da Consciência Negra.

A ação aconteceu graças à presença da unidade móvel do programa Mulher, Viver sem Violência e fez parte das atividades desenvolvidas durante a 24ª Edição do Programa Governo Perto de Você, que vai atender a população dos municípios do Vale do Paraíba. Durante todo o dia, a equipe da Secretaria da Mulher realizou a distribuição de material educativo e informativo sobre questões da mulher.

Alunos apresentam I Exposição Quilombola no município
SÍTIO ARAPIRACA, 22.11.2013

Disseminar a cultura étnico-racial para os alunos da Rede Municipal de Ensino foi um compromisso assumido pela atual gestão da Secretaria de Educação da Prefeitura de Arapiraca.



Nesta sexta-feira (22), a Prefeitura de Arapiraca apresenta a sua população, a I Exposição de Resgate a História Quilombola das Comunidades Alagoanas.

O evento acontecerá a partir das 15h, na Praça Luís Pereira Lima, no Centro da cidade.

Sob as orientações de seus professores, os alunos estarão tirando as dúvidas dos transeuntes da região, com assuntos inerentes ao dia da consciência negra, celebrado na última quarta-feira (20), com o propósito de trazer a tona histórias de cidades alagoanas que tiveram envolvimento no fim da escravidão.

De acordo com a secretária de educação, Ana Valéria Peixoto, o tema escolhido deseja resgatar e valorizar a história e a cultura de alguns municípios alagoanos, como também refletir a questão étnico social, com a miscigenação do povo brasileiro, amparada na Lei nº10.639/03-MEC, "que institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no Currículo Escolar do ensino fundamental e médio.

"Despertar em nossos alunos o interesse pela sua própria cultura, tornando-os cidadãos mais sensíveis e conscientes da importância de suas raízes para a preservação de sua história", afirmou a secretária.

MPF pede regularização dos territórios quilombolas no Estado

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 22.11.2013



Até hoje, passados 25 anos da promulgação da Constituição da República de 1988 que estabeleceu o direito dos remanescentes de quilombos à propriedade definitiva de suas terras, nenhuma comunidade quilombola de Mato Grosso teve as suas terras regularizadas.

Nesta terça-feira (19), o Ministério Público Federal propôs uma ação civil pública para que seja determinado prazo de 24 meses para que o Incra conclua os trabalhos necessários para a regularização desses territórios quilombolas em Mato Grosso.

Atualmente, 68 processos estão em trâmite na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso para a regularização do território de comunidades que já foram certificadas pela Fundação Palmares como remanescentes de escravos.

Dos 68 processos pendentes no Incra de Mato Grosso, 50 deles não têm nem previsão, de acordo com o próprio órgão, para o início dos trabalhos de identificação e delimitação do território. Em outros 6 processos, o Incra informou a previsão do início dos trabalhos, mas ainda não comprovou. Para outras oito comunidades estão sendo realizadas, a passos lentos, as fases de identificação e delimitação, iniciadas entre 2005 e 2007. Apenas três comunidades quilombolas já tiveram a etapa de identificação e delimitação concluídas.

Demora na regularização

Segundo o procurador da República Manoel Antônio Gonçalves da Silva, o levantamento feito pelo Ministério Público Federal mostra que em 25 anos, apenas 139 títulos foram expedidos, dos quais somente 31 pelo Incra, enquanto existem 1.286 processos abertos. Ou seja, o Incra concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola a ser feita. "Em Mato Grosso a realidade é preocupante: nenhuma comunidade quilombola tem o território regularizado", afirma o procurador da República.

Por conta da demora na regularização fundiária, o MPF pede na ação que a União e a Funai sejam condenadas ao pagamento de danos morais coletivos, em valor não inferior a um milhão de reais para cada uma das terras quilombolas de Mato Grosso pendente de regularização por mora injustificada. O montante da indenização será revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas às terras quilombolas.

Consequências da demora

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

O levantamento feito pelo Ministério Público Federal identificou, também, que não há previsão de recursos suficientes para a regularização quilombola no país. Ano a ano a previsão orçamentária vem diminuindo: os recursos previstos para serem gastos com o pagamento de indenização de benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas.

De acordo com os dados de 2012 e 2013, os recursos previstos de um ano para o outro foram 45,26% menores. O levantamento demonstra, também, que o recurso previsto não é completamente utilizado. Os dados são do programa federal de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que inclui ações de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas para as Comunidades Quilombolas e de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O entendimento do MPF é de que se não estão sendo gastos nem mesmo os recursos já previstos, há que se atribuir à omissão do Incra e União a causa para a paralisação da regularização quilombola.

Ação do MPF

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal de Mato Grosso
Fonte: Midia Jur



Ibama instala brigada indígena em Reserva Pataxó na Bahia

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.11.2013

Composto preferencialmente por indígenas que foram capacitados, equipe irá sensibilizar a comunidade para a proteção da região

Uma brigada indígena de combate a incêndios florestais foi instalada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na última terça-feira (19), no Município de Santa Cruz de Cabrália (BA).

O ato de instalação aconteceu na Reserva Indígena da Jaqueira, localizada às margens do km 77 da BR 367. A brigada é composta preferencialmente por indígenas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a proteção da reserva.

O Instituto selecionou, capacitou e contratou 15 brigadistas, por meio do Centro de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PrevFogo). Formam a equipe, um chefe de brigada, dois chefes de esquadrão e 12 brigadistas que devem exercer as atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais nas reservas indígenas de Jaqueira (sede da brigada) e Aldeia Velha.

Com 15 anos de existência, a reserva tem uma dimensão de 827 hectares de Mata Atlântica. A previsão de contratação da brigada é de cinco a seis meses, o que coincide com período crítico de incêndios nas reservas.

O cacique da reserva da Jaqueira expressou sua alegria com a formação da brigada, dada a sua importância para toda a comunidade indígena na região. Ele solicitou ao Ibama que a equipe seja de caráter permanente, para atendimento às 15 aldeias que integram a reserva.

Durante o ato foi efetuada a entrega de equipamentos, que incluem abafadores, bombas costais, foice, facão, GPS, câmara fotográfica, veículo. Além de equipamentos especiais de proteção individual (EPI's), como botas, luvas, óculos, boné, macacão e gandola.

Participaram do evento as lideranças indígenas e autoridades locais, além do superintendente do Ibama na Bahia, Celio Costa Pinto e o coordenador do Prevfogo/Ibama-BA, Denilson Oliveira.

Segundo Oliveira, "proteger essas Reservas Indígenas de Porto Seguro, significa conservar alguns dos últimos remanescentes de Mata Atlântica das consequências danosas do fogo".

Fonte:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



Agricultores protestam contra ação de índios em Vicente Dutra

SÍTIO CORREIO DO POVO, 22.11.2013

Indígenas e produtores rurais reivindicam posse de área de 715 hectares

Agricultores protestaram na manhã desta sexta-feira contra depredações que teriam sido causadas por índios nos últimos dias em Vicente Dutra, no Norte do Estado. A manifestação – organizada pela Administração Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras entidades – visa pressionar as autoridades federais, especialmente a Fundação Nacional do Índio (Funai), a buscar uma solução para o problema das demarcações de terras. As aulas foram suspensas e a prefeitura e estabelecimentos comerciais foram fechados.

O prefeito de Vicente Dutra, João Paulo Pastório, disse que o clima é tenso na cidade. “Nós temos no turismo, especialmente através da água mineral, uma das principais fontes de renda do município. Essa pressão e depredação feitas pelos índios prejudica muito nossa cidade”, argumentou.

Pastório acusa os índios de depredarem parte das 150 cabanas que formam o Empreendimento Águas do Prado. “Nossa população é pacífica, mas tudo tem limite; Eles levaram geladeiras, colchões e outros pertences de turistas que são proprietários das cabanas e isso é inadmissível”, alegou.

Os índios reivindicam que o governo federal oficialize a demarcação de uma área de mais de 715 hectares em seu favor. Nesta semana, eles foram acusados de agredir um guarda durante uma tentativa de invasão ao Balneário Águas do Prado. Atualmente, local é ocupado por dezenas de agricultores que possuem escrituras das terras há mais de 90 anos.

Segundo historiadores da região, as escrituras em favor dos colonos foram dadas pelo governo estadual, a partir de 1917. Os agricultores afirmam que a terra nunca pertenceu aos indígenas. Já os caingangues dizem que o local é uma área tradicionalmente habitado pelos índios. As lideranças indígenas declararam que a mobilização vai continuar até que a Funai termine o processo de demarcação das terras.

O prefeito de Vicente Dutra analisa decretar situação de emergência no município devido à falta de segurança e o temor por confrontos entre índios e agricultores. Pastório reclama da ausência da Funai e da Polícia Federal na cidade, para mediar o confronto.



Ministro garante verba orçamentária para terra indígena

SÍTIO SUL NEWS, 22.11.2013

AGÊNCIA SENADO

Pressionado por autoridades de Mato Grosso do Sul, em reunião tensa nesta quinta-feira (21), em Brasília, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo garantiu, pela primeira vez, incluir no orçamento-geral da União recursos para comprar terras e resolver conflito de produtores rurais com indígenas. Até o dia 30, deverá sair o preço de fazendas na região do Buriti para dar início a negociação.

"O ministro disse categoricamente que vai resolver o problema com recursos orçamentários", anunciou o senador Waldemir Moka (PMDB). Segundo o presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Chico Maia, até o final do mês termina estudo da região do Buriti e os primeiros preços serão anunciados.

Para o deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB), se haverá "boa vontade" do Governo Federal, as primeiras propriedades poderão ser compradas ainda neste ano. "Em 2012, foi aprovada a rubrica, de autoria do senador Moka, que destina R\$ 50 milhões para indenizar áreas em litígio", ressaltou. "Então, tem essa janela para liberar os recursos ainda este ano", emendou.

Ainda de acordo com o presidente da Acrissul, técnicos do Governo do Estado participam, amanhã (22) de nova bateria de reuniões com representantes da União. Eles vão buscar alternativas para tentar derrubar a resistência de três produtores da região do Buriti em vender as terras.

"Também vão resolver questões técnicas sobre o repasse do recurso, se a negociação será direta com os fazendeiros ou se passará pelo Governo do Estado", acrescentou Moka. Na sequência, começarão estudos para definir os valores de propriedades na região dos índios Guaranis, em Dourados.

CLIMA TENSO

Conforme Moka, em alguns momentos, o clima da audiência chegou a esquentar, após duras cobranças ao ministro. "Quase que a senadora Kátia Abreu (PSD) e o ministro bateram boca", comentou. "O governador André Puccinelli, os senadores e dos deputados também fizeram duros questionamentos", acrescentou Chico Maia.

A pressão ocorreu, principalmente, levando em conta promessas anteriores que não foram cumpridas. "Em julho, o ministro prometeu apresentar uma solução para o conflito em 45 dias", lembrou Moka.

Além disso, produtores e autoridades cobraram o cumprimento de acordo para não ocorrer

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

invasões durante a rodada de negociação. “De lá para cá, 20 propriedades foram invadidas, totalizando 80 ocupações do Estado”, detalhou o senador.



Programa do MEC estimula a formação de negros, indígenas e pessoas com deficiência

SÍTIO CADA MINUTO, 22.11.2013

Por Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. A medida foi publicada na edição de ontem (21) do Diário Oficial da União. O programa de intercâmbio é voltado para estudantes negros, indígenas e com deficiência do ensino superior e já está em vigor.

De acordo com a publicação o objetivo do programa é proporcionar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou que portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Para o MEC, o programa vai dar oportunidades de novas experiências educacionais e profissionais a esses estudantes. O programa também ampliará a participação de estudantes negros, indígenas e com deficiência, em cursos técnicos de graduação e pós-graduação e no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Outros pontos importantes do programa são a promoção da igualdade racial, a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, além da acessibilidade e da inclusão no Brasil, bem como estimular a troca de experiência em âmbito internacional para a construção de igualdade de direitos e de oportunidades no país.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento será desenvolvido em parceria com Universidades e Instituições Comunitárias de Ensino Superior Historicamente Negras nos Estados Unidos. Parte das bolsas de estudo será oferecida pelo Programa Ciência sem Fronteiras e parte será destinada aos cursos de ciências humanas.

Os critérios de participação do programa serão definidos pela Secretaria de Alfabetização Continuada, Diversidade e Inclusão (Secadi) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Produtores serão ressarcidos com recursos do orçamento, diz ministro

SÍTIO ALÔ CAARAPÓ, 22.11.2013

Fazendeiros de MS que perderam terras para reservas serão indenizados. Primeira etapa do trabalho deve começar pela área Buriti.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou, durante audiência no Senado nesta quinta-feira (21), que o Governo Federal vai criar um programa com recursos do orçamento para bancar indenizações a produtores rurais de Mato Grosso do Sul que perderam as terras para reservas indígenas.

A primeira etapa deste trabalho será pela área Buriti. Uma força-tarefa de técnicos do governo deve apresentar em dez dias a avaliação dos imóveis.

Em resposta às críticas contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as demarcações, o governo irá adotar uma estratégia diferente para diminuir as disputas na Justiça. De acordo com o ministro, a partir de segunda-feira, entidades que representam os indígenas e produtores conhecerão detalhes de uma nova portaria que pretende mudar as regras do procedimento.

O documento vai apontar as etapas da demarcação, que não será apenas conduzida pela Funai, mas também terá a participação de outros órgãos do Governo Federal. "Embora o protagonismo seja da Funai, esses órgãos encaminharão informações necessárias à instrução do processo", afirma.

Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem

SÍTIO PORTAL EBC, 22.11.2013



União dos Palmares (AL) - Disputas, construções de grandes empreendimentos e especulação imobiliária ameaçam a herança ancestral mantida viva pelas comunidades quilombolas. Das 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), apenas 207 têm o título da terra e, em uma parte delas, os ocupantes não quilombolas ainda não foram retirados ou indenizados.

"A posse da terra é a maior dificuldade enfrentada atualmente pelas comunidades quilombolas. A titulação é um direito fundamental prevista na Constituição Federal",

defende o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da FCP, Alexandro Reis. "Esse é o grande gargalo da questão quilombola nos dias de hoje".

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é claro quanto ao assunto: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Sabia mais:

Pesquisa aponta demora na regularização de terras quilombolas

Peregrinação ao Quilombo dos Palmares marca festejos ao herói nacional Zumbi

"À medida que isso não ocorre, a gente acaba prejudicando a comunidade porque outras pessoas acabam ocupando a terra quilombola. Vamos ter problemas de expulsão, violência no campo, violência contra essas famílias, atuação de grileiros e atravessadores até na atividade produtiva da comunidade", explica Alexandro Reis. "Titular a terra é algo fundamental para a comunidade quilombola no Brasil e é o grande desafio que temos hoje", acrescentou.

Há todo um processo pela posse da terra. As comunidades que já foram reconhecidas como quilombolas pela Fundação Palmares precisam fazer o pedido para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o responsável pela titulação. Então, são feitas análises da área e de possíveis contestações que possam aparecer no processo.

A fase seguinte é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas por

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

desapropriação ou pagamento de indenização. Mas o processo, que também pode ser feito via estados e municípios, é demorado. De acordo com informações do site do Incra, há processos abertos em 2003 que ainda não foram concluídos.

O secretário da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Viridiano Custódio, explica que a principal razão para a demora de alguns processos são disputas envolvendo a terra. "Disputa política, de território. Alguns setores, principalmente do meio agrário, são contra essa legalização porque os territórios, muitas vezes, ficam dentro ou perto de alguma terra que está em litígio", destacou. "Esse é um processo que acaba emperrando o trâmite".

Edição: Marcos Chagas



Quilombolas temem que novas tecnologias comprometam as tradições

SÍTIO POLÍTICA LIVRE, 22.11.2013

Manter a tradição. Este é um desafio imposto às comunidades quilombolas. A tarefa se torna mais difícil na medida em que os mais jovens passam a ter acesso e domínio sobre as novas tecnologias na rotina do mundo moderno como os computadores e os smartphones.

Os quilombolas mais tradicionais também são obrigados a conviver com a migração de amigos e parentes para grandes cidades na busca por empregos. Apesar de tudo isso, os quilombolas que aderiram ao estilo de vida do século 21 não escondem a admiração pelos mais velhos e o orgulho das origens tem vencido em muitas comunidades.

Para o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares (FCP), Alexandro Reis, a manutenção da cultura nas comunidades quilombolas foi uma questão de sobrevivência.

“Como o Estado abandonou essas populações, a única forma para a comunidade poder sobreviver e enfrentar as dificuldades foi exatamente preservar sua cultura, suas raízes, seu modo de falar, seu modo de produção, de relacionamento, poder estarem juntos para enfrentar uma situação muito difícil”, explicou Reis. Leia mais na Agência Brasil.



Governo federal não titulou nenhuma Terra Quilombola em 2013

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 19.11.2013

Em meio às comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, a Comissão Pró-Índio de São Paulo divulga mais um balanço anual das titulações das terras quilombolas: o governo federal não concedeu nenhum título às comunidades quilombolas. O placar de 2013 confirma o desempenho pífio do governo Dilma na efetividade dos direitos quilombolas. Seu governo até o momento emitiu apenas quatro títulos de terras quilombolas que somam apenas 597 hectares onde vivem 124 famílias.

A única terra quilombola titulada esse ano foi a Terra Liberdade, situada no Pará, no município de Cametá, onde vivem oito comunidades. A regularização foi garantida pelo Instituto de Terras do Pará que é o órgão que mais emitiu títulos para comunidades quilombolas (48 títulos desde 1997), mas que já teve desempenho melhores e hoje apresenta resultados bastante tímidos.

Atualmente, somente 204 comunidades quilombolas contam com suas terras tituladas, o que representa 6,8% das 3 mil comunidades que se estima existirem no Brasil. De outro lado mais de mil processos abertos no Incra aguardam conclusão.

Titulações nos últimos 10 anos (2003/2013)

Governo Federal 16 títulos

Lula (2003/2010) 12 títulos

Dilma (2011/2013) 04 títulos

Governos Estaduais 61 títulos*

*Com destaque para o governo do Pará e Maranhão com 32 e 19 títulos, respectivamente

Até outubro de 2013 foram publicadas seis portarias de reconhecimento pelo presidente do Incra e somente um relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) – que é a primeira fase do processo de regularização fundiária. O número restrito de publicações é ainda pior que o do ano anterior. Em 2012, quatro portarias de reconhecimento foram publicadas pelo presidente do Incra e doze relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID).

É preciso destacar que em diversas Superintendências do Incra os técnicos estão dinamizando os encaminhamentos dos processos localmente, agilizando a realização dos estudos de identificação. Contudo, estes esforços ainda não foram suficientes para melhorar o placar das titulações.

CONT.



Decisões políticas paralisam processos

Em 2013, observou-se que decisões políticas nacionais impedem o andamento dos processos nos estados. É o que ocorre, por exemplo, na Superintendência de Santarém, no Pará, com o processo da terra quilombola Alto Trombetas, localizada em Oriximiná. Desde abril, o processo está pronto e tecnicamente aprovado pela Superintendência, que não pode publicá-lo por ordem da direção do Incra em Brasília.

Para tentar destravar o processo da TQ Alto Trombetas, lideranças quilombolas cumprirão uma agenda de reuniões em Brasília. No dia da Consciência Negra estarão junto com lideranças indígenas apresentando a campanha "Índios & Quilombolas de Oriximiná: juntos na defesa de direitos" que agilizar os processos de regularização fundiária e deter o avanço da mineração em suas terras.

A morosidade por razões políticas foi denunciada pelos próprios servidores do Incra por meio de uma nota da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA – CNASI divulgada em agosto deste ano.

A demora na titulação deixa as comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade, sem garantia de que poderão permanecer em seus territórios e, em muitos casos, ameaçadas de expulsão ou sofrendo pressões de mineradoras e madeireiras.

Direitos Quilombolas – indicadores Governo Dilma (2011/2013)

4 titulações

12 Decretos de desapropriação

20 Portarias Presidente do Incra

34 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

Saiba mais sobre a Campanha "Índios & Quilombolas de Oriximiná: juntos na defesa de direitos": <http://www.quilombo.org.br/#!indios-quilombolas/cz17>

Fonte: Ecodebate.



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 33

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 34

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 35

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 36

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 37

SÍTIO JORNAL GGN, 19.11.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 38

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 212 / 2013

Brasília, 22 de novembro de 2013.

NOTÍCIA 39

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013